

População em Situação de Rua nos municípios do aglomerado urbano de Jundiaí: A Experiência de construção de uma diagnóstico regional, participativo e coletivo

Juliana Oliveira dos Santos
Luciana Bolognini Ferreira Machado

Em 2015, os municípios pertencentes ao Aglomerado Urbano de Jundiaí¹ informaram à Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Campinas (DRADS/Campinas), aumento significativo da população em situação de rua na região frente a carência de serviços socioassistenciais (Centro Pop, Casa de Passagem e Abrigos) para este público.

A temática da população em situação de rua envolve preconceitos e discriminação, esta população é vítima de violações de direitos por parte da sociedade e do próprio poder público. Caracterizada por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular (Brasil, 2009). São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. Percebemos nos relatos que são um grupo que não pertence a lugar nenhum, sendo expulso dos territórios.

Os municípios participantes, por meio da política de assistência social, relataram dificuldades enfrentadas entre elas: falta de serviços de acolhimento institucional e ausência suporte por parte do estado, com a oferta de serviços regionalizados para realização do atendimento a esse público tão vulnerável.

Uma das demandas apresentadas foi a proposta de articulação regional sobre o atendimento das pessoas em situação de rua nos municípios, e foi fato comum o relato sobre comunidades terapêuticas que atuam na região, estas recebem pessoas vindo de várias localidades e que ao deixarem as comunidades, sem nenhum tipo de apoio, chegam a este conjunto de municípios, tornando se fator de agravamento da situação.

Diante desse cenário percebeu-se a necessidade de articulação regional para enfrentar as dificuldades apresentadas pelos municípios do aglomerado urbano. Compreendendo as demandas colocadas pelos municípios a DRADS/Campinas solicitou a contribuição da equipe técnica atuante na Proteção Social Especial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS), afim de constituir um grupo de trabalho que possibilitasse a reflexão sobre a temática de forma a contribuir com a qualificação do atendimento a esta população. O Grupo de Trabalho foi composto por representantes da Coordenadoria de Ação Social/ Proteção Social Especial, da Diretoria Regional de

¹ Municípios que compõem o aglomerado urbano de Jundiaí: Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira e Várzea Paulista.

Assistência Social – DRADS Campinas e gestores e técnicos dos municípios da região. O grupo se reuniu bimestralmente durante o ano de 2016

Durante os encontros foi, apresentado um retrato da região com base nos dados do Censo SUAS e PMASWEB, Os participantes indicaram que os dados apresentados não representavam o real cenário dos municípios, principalmente no que dizia respeito à previsão mensal de atendimento à população em situação de rua. Após essa análise ficou salientada a importância da realização de um diagnóstico para identificar a real demanda de atendimento da população de rua.

De acordo com a NOB-SUAS (2012), o diagnóstico é compreendido como o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades.

Para Sposati (2018) o território deve ser entendido como algo dinâmico considerando a topografia natural e uma 'topografia social' o que permite uma percepção da indissociabilidade homem/mulher/natureza. Um espaço de relação de construção e desconstrução de vínculos, criação de identidades e relação com o espaço natural.

Para a realização do diagnóstico a equipe da Proteção Social Especial apresentou para o Grupo de Trabalho alguns exemplos de metodologia, utilizados nos municípios de Franca e Campinas, ambas pesquisas têm em seu bojo a vivência do território.

O território em si [...] não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (Santos, 200,p.22.) (Franca (SP) 2015).

O município de Franca/SP realizou a análise da sua região para o reordenamento institucional da Política de Assistência Social. Durante o processo foi utilizado como referência o conceito de "leitura do mundo" de Paulo Freire, entendido como a ação fundamental para que todos inseridos no processo possam aprofundar o conhecimento territorial.

A nossa proposta foi proporcionar a compreensão do território não só como área física ou perímetro que delimita a comunidade, mas como espaço onde as relações sociais estão presentes. A leitura do mundo possibilita que seja revelado poderes instituídos, conjunturas desfavoráveis, conservadorismo, reconhecer a realidade e interage com ela, na perspectiva de transformá-la. Além disso, estabelece uma relação dialógica entre o nosso conhecimento e o conhecimento da população, permite a reconstrução do saber. Possibilita a construção e execução coletiva de ações e estimula a intersetorialidade, fortalece os atores envolvidas e promove uma articulação efetiva.

A leitura mundo é uma metodologia participativa e pedagógica na qual os envolvidos são desafiados a juntos realizarem a Leitura do Mundo (do seu mundo), nesse processo os participantes percebem-se detentores de cultura, saberes e conhecimentos, como também se reconhecem nas diferenças que possibilita diálogo com a diversidade, construção de sentido de comunidade, construção de um projeto comum, promovendo o encontro de diferentes olhares para captar os elementos mais significativos do território vivido e para permitir a apropriação do real significado do lugar por meios das dimensões social, política, cultural e ambiental.

A experiência desenvolvida pelo município de Campinas foi por meio da parceria PUC-Campinas e a Prefeitura de Campinas, dentro do Projeto de Extensão Parque Linear Ribeirão das Pedras. Este projeto proporcionou o

“intercâmbio entre docente, seus alunos bolsistas de extensão e os técnicos do poder público, os alunos foram, a campo para entenderem a dinâmica do lugar e as pessoas que ali moram e circulam; detectando quais eram os espaços públicos, suas específicas apropriações, linhas de ônibus, os espaços de lazer e cultura, ou seja, um mapeamento do território.” (COTRIM 2016).

O grupo de pesquisadores também produziram um arquivo de foto aérea utilizando fontes e programas da internet e então elaboram uma planta do território estudado. A metodologia desenvolvida neste projeto contemplou as etapas de: coleta de dados, interpretação e análise, construção do diagnóstico urbano, elaboração de diretrizes de projeto e desenvolvimento de alguns ensaios.

A apresentação destes trabalhos e das metodologias que foram utilizadas serviu para que o grupo de trabalho do Aglomerado Urbano Jundiá pudesse ter fontes e referência para elaboração da metodologia que seria adotada para realizar o diagnóstico regional. Assim, acreditamos que ao realizar um diagnóstico adotando a metodologia de leitura do território/mundo a equipe de pesquisadores passam a ter interação com as pessoas com o ambiente. Conhecer o local, buscar informações em fontes primárias, fazer a observação da dinâmica do território, ter conhecimento sobre os serviços que são ofertados, estabelecer relação com pessoas que moram ou circulam pelo território, dando-lhes voz e possibilidade de opinar sobre seu território e suas necessidades proporciona um profundo conhecimento sobre a realidade.

Após a apresentação de possibilidades metodológicas, foi proposto que os municípios realizassem suas idas ao território (campo de pesquisa), que fizessem suas leituras, procurando colher informações da dinâmica do território, procurando elementos que fossem ao encontro dos objetivos do diagnóstico:

- Identificar a oferta de serviços, programas e projetos socioassistenciais existentes direcionados a população em situação de rua.
- - Verificar as dificuldades enfrentadas no atendimento à população em situação de rua na região do aglomerado de Jundiaí
- - Contribuir com articulação regional entre os municípios do aglomerado

Com os objetivos da pesquisa definidos, e a partir das discussões feitas e das necessidades apresentadas foi construindo um instrumental para registro das percepções da leitura de mundo, este instrumental foi composto por seis dimensões/blocos:

- Bloco 1 – Ofertas existentes
- Bloco 2 – Demanda por ofertas de serviços
- Bloco 3 - Identificação da demanda
- Bloco 4 - Programas, Projetos e Ações Intersetoriais
- Bloco 5 - Qualificação da oferta
- Bloco 6 - Dificuldades Existentes

O instrumental foi encaminhado aos municípios para que estes pudessem avaliar se o conjunto de informações requeridas atendia as necessidades para o diagnóstico.

Houve a coleta de informações sobre os diversos aspectos que envolvem a questão das pessoas em situação de rua como levantamento da demanda instalada, a rede de serviço, capacidade e atendimento, ações, programa e projetos existentes nos territórios municipais. Foram realizadas perguntas de forma a levar o município a uma reflexão sobre sua oferta e sua demanda. O preenchimento do instrumental foi realizado pelos técnicos do órgão gestor, procuramos envolver os setores de vigilância socioassistencial. O levantamento dos dados ocorreu no período do mês de maio a outubro de 2016. Foi apresentado o resultado da coleta de informações como prévia do diagnóstico regional, após a validação das informações foi redigido o relatório final.

Participaram do levantamento de informações os sete municípios que compõem o Aglomerado Urbano de Jundiaí. Durante os encontros realizados neste período, gestores municipais, técnicos da rede socioassistencial juntamente com a equipe da SEDS e DRADS Campinas, discutiram os resultados levantados há cada mês, possibilitando a identificação de melhorias no levantamento dos dados.

Após o levantamento, verificou-se a necessidade de:

- Protocolo regional que estabelece padrões e fluxos de atendimento entre os município;
- Discussão sobre a circulação das pessoas em situação de rua (itinerante, trecheiro, 'de passagem')
- Identificação do fluxo de circulação – De onde vem/ para onde vai

- Oferta de passagens – padronização de critérios de concessão
- Oferta de Acolhimento institucional em todos os municípios
- Possibilidade de fixação no território

Outro ponto que surgiu durante o levantamento das informações é presença de uma comunidade terapêutica no território que impacta nas demandas de Assistência Social e Saúde, indicando a necessidade de articulação com órgão do Sistema de Garantia de Direitos.

Desafios e facilitadores do processo

Neste processo os municípios tiveram a oportunidade de refletir sobre a oferta dos serviços, a demanda existente no território, necessidade de ampliação da rede.

Com a metodologia de Leitura de Mundo (Paulo Freire) estimulamos os municípios olharem para seus territórios na busca de conhecê-los nas suas diversas dinâmicas.

As equipes envolvidas foram protagonistas na construção do conhecimento e puderam perceber as necessidades existentes para o trabalho em rede e regional.

Um dos desafios a serem superados são os atendimentos pontuais à população em situação de rua, como o fornecimento de passagens para o município vizinho, não garantindo o trabalho social previsto na Política de Assistência Social.

Dificuldades no desenvolvimento e na conclusão

Não conseguimos apresentar o resultado para as novas gestões municipais, após o diagnóstico ocorreu troca de governo.

Outro ponto que deve ser considerado é o impacto que os trens metropolitanos causam nas cidades 'fim de linha' como a região de Jundiaí. Existe um histórico no Estado de São Paulo de distribuição de passagens de trem para pessoas em situação de rua e itinerantes. Apesar de grande parte da rede ferroviária ter sido desativada, a prática no estado continua ocorrendo.

É necessário a continuidade do trabalho, apresentado os resultados do diagnóstico para os novos gestores e ampliar o diagnóstico para outras regiões, como o Alto Tietê (DRADS Grande São Paulo Leste) que apresenta características parecidas, como a presença de linha de trem metropolitana e solicitou apoio da SEDS para discussão sobre a temática.

Referência Bibliográfica

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica SUAS – NOB/SUAS** Brasília/DF, 2012.

_____. Presidência da República. **Política Nacional para Inclusão Social de População em Situação de Rua**. Brasília/DF, 2008

_____. Presidência da República. **Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu comitê intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento** (Decreto nº 7.053). Brasília/DF, 2009a.

Reordenamento institucional da política de assistência social no município de Franca: REfelexões teórico-metodológicas para p trabalho cotidiano, / Gislani AlvezLoporoni Pers... [et al.], (orgs.). São Palulo: Instituto Paulo Freire, 2015.

COTRIM, Amanda. Leitura do Território, ***Projeto de Extensão colabora com agentes da Prefeitura de Campinas na leitura sobre o território urbano.***

JP165-2016 / REPORTAGENS. *Disponível:* . Acesso em outubro 2018.